

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR A PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS E IRREGULARES NO ÂMBITO DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES), OCORRIDOS ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2015, E RELACIONADOS À INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS.

**REQUERIMENTO Nº /2019.
(Da Sr. Sidney Leite)**

Requer ao BNDES informações sobre a realidade dos pagamentos dos contratos internacionais de exportação de serviços de engenharia com seguro coberto pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE).

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (§ 3.º do art. 58 da CF/88), legais (art. 2.º da Lei 1.579/52) e regimentais (arts. 35 a 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados) de regência, requeiro que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido de Informações, por meio de documentos comprobatórios, sobre a realidade das transações financeiras de empréstimos internacionais de exportação de serviços de engenharia, com seguro coberto pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE), considerando inúmeros relatos midiáticos que dão conta que alguns países não estariam horando com os compromissos assumidos.

JUSTIFICATIVA

Recentemente, Senhor Presidente, foi amplamente divulgado por diversos meios de comunicação que após os calotes da Venezuela e de Moçambique, no ano passado, a Angola pode ser a próxima a atrasar os pagamentos de empréstimos do BNDES que financiaram obras de empreiteiras brasileiras. No total, o banco tem US\$ 4,3 bilhões a receber de dívidas nessa modalidade, sendo US\$ 2 bilhões de Venezuela, Moçambique e Angola.

É do conhecimento de todos que esses financiamentos de longo prazo no exterior tem a participação dos governos nos créditos e nas garantias, ocorre, segundo fontes do Ministério da Economia, que neste momento de crise financeira não há previsão orçamentária para eventuais calotes, caso os países contratantes de fato não honrem com os seus compromissos financeiros.

O caso específico da Venezuela é mais preocupante, visto que do calote de US\$ 262 milhões anunciado em setembro de 2017, US\$ 115 milhões são com o BNDES. O banco tinha mais US\$ 274 milhões a receber no ano passado, do saldo devedor total de US\$ 814 milhões. Segundo matérias amplamente divulgadas, o atraso da parcela de 2018 implicaria gasto adicional de R\$ 885 milhões no orçamento federal daquele ano e que dificilmente a dívida seria paga normalmente.

Já Angola, que em 2018 era a maior devedora do BNDES, não chegou a esse ponto da Venezuela, mas o governo local havia anunciado um pacote de ajuste com previsão de renegociação da dívida externa para lidar com a expressiva queda de suas receitas com as exportações de petróleo.

No caso de Moçambique, houve calote de US\$ 22,5 milhões no empréstimo para a construção do Aeroporto de Nacala, no norte do país, a cargo da Odebrecht. A obra, de US\$ 125 milhões, virou um elefante branco. O terminal opera com 4% da capacidade de 500 mil passageiros por ano e o país da costa leste africana ainda deve US\$ 161 milhões ao BNDES.

Como mencionado anteriormente, a política de promover as exportações de serviços de engenharia com crédito público é prática corriqueira de muitos países, no entanto, me preocupa a escalada do ritmo dos empréstimos aprovados pelo BNDES, o que levou o Tesouro Nacional a intensificar o aporte de capital no banco, com reflexos na atual crise fiscal.

Sala da Comissão, de abril de 2019.

Deputado SIDNEY LEITE
(PSD/AM)